

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Ata da 72.^a Reunião Ordinária - 09/11/2016 - 09h

MUSEU DA ÁGUA / DAE - Santa Bárbara D'Oeste - SP

Membros presentes	
Entidade	Representante
AESABESP	Antonio Aparecido Zamprônio (T)
ASSEMAE	Amanda Alves de Lima (T) Natália Freitas Colesanti Perlette (S)
CETESB	Denise Dedini (T)
CODEN	Jaqueline Carraro Socci (S)
Cooperativas de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel (S)
DAE - SBO	Mônica Tortelli (T)
DAEE	Walter Antônio Beccaro (T)
Fundação Florestal	Antônio Álvaro Buso Júnior (S)
INEVAT	Francisco Antônio Moschini (S)
IZ/APTA/SAA	João José A. de A. Demarchi (T)
Odebrecht Ambiental Limeira	Sthefany Kuhl (S)
PM de Limeira	Rubia Caroline Narcizo (S)
P.M. de Salto	Carlos Henrique Russafa Miguel (S)
P.M. de Sumaré	Alan Lourenção (T) Habib Jorge Goraieb (S)
PUC Campinas	Luiza Ishikawa Ferreira (T)
SANASA	Natália Freitas Colesanti Perlette (T) Amanda Alves de Lima (S)
SMA/CBRN	Natália Gomes Fernandes Branco (T)

Convidados	
Entidade	Representante
DAE SBO	Luiz Emílio Caires de Oliveira
PM de Limeira	Dirceu Brasil Vieira Meire Menezes Bassan Raquel Schmidt
Sindicato Rural Campinas	Nelson L. N. Barbosa
Suprema	Silvia Weel
Comissão da Região de Campinas para Estudo e Prevenção de Acidentes com Cargas Perigosas	Elias Oliveira
	Marcos Zanaga Trapé
Aluno de PG	Fernando Campanholli

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

1. Pauta: A pauta, a ATA, a convocação da reunião e os demais anexos foram enviados aos presentes por meio de mensagem eletrônica previamente à realização da reunião para apreciação de todos os membros. **2. Abertura da 72ª Reunião Ordinária (Item 1 da pauta):** A abertura da reunião foi realizada às 9:30h pelo Sr. João Demarchi (IZ/APTA/SAA), secretário da CT-RN, que presidindo a reunião deu boas vindas a todos os presentes, justificando a ausência da Coordenadora Cláudia Grabher (INEVAT) e do Coordenador Adjunto Henrique Bellinaso (CATI/SAA) e finalmente agradecendo a cessão do espaço no Museu da

Água de Santa Bárbara D'Oeste e grande empenho da Sra. Monica Tortelli (DAE-SBO) para viabilização e organização desta reunião, para a qual foi dada em seguida a palavra para manifestação institucional. **3. Aprovação da Ata da Reunião Ordinária anterior (71ª) e Informes Gerais (Item 2 da pauta):** Justificaram ausência os membros Oswaldo Julio Vischi Filho (CDA/SAA), Geraldo G. J. Eysink (Cooperativas de Holambra / H2C Soluções), Maria Carolina Hertel Dutra e Simões (DAE Jundiá), Jerry Willians de Moraes (CIESP - DR de Santa Bárbara D'Oeste), Coordenadora Cláudia Grabher (INEVAT) e Coordenador Adjunto Henrique Bellinaso (CATI/SAA). Alterado o e-mail da suplente Marília Abdo Palhares Ensinas (SANASA / ASSEMAE) para marilia.palhares@sanasa.com.br. Substituídos os e-mails aesabesp@aesabesp.org.br, camila.barros@aesabesp.org.br e projettossocioambientais@aesabesp.org.br pelo novo e-mail tamires.guilherme@aesabesp.org.br. A ATA anterior foi colocada em discussão, sendo aprovada por unanimidade sem qualquer correção proposta. O secretário comentou novamente sobre a importância do tema da última reunião, Ictiofauna, ter sido pela primeira vez discutida na CT-RN. **INFORMES:** Foram feitos alguns informes, incluindo o convite para participação de todos no Workshop para construção da Plataforma ArcGis Luisa (Plataforma PCJ) pela empresa IMAGEM e no II Seminário de Áreas Protegidas organizado pelo GT - Rede de Áreas Protegidas da CT-RN e FJPO - Mata Santa Genebra; por determinação do Dr. Ivan Carneiro Castanheiro (GAEMA/Piracicaba) foi encaminhada para conhecimento a Resolução ANA nº 1190 de 3/11/2016 que aprova o Regulamento do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas /PRÓ-COMITÊS e último andamento do Projeto de Lei Estadual 192/2016, que dispõe sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH, bem como a Emenda Aglutinativa nº 08, de 04 de outubro de 2016; FEAP/SAA - Deliberação CO-7, de 20/09/2016 que Estabelece critérios, limites e condições de subvenção para a operacionalização do Projeto de Recuperação de Matas Ciliares, Nascentes e Olhos D'água. Em substituição ao Sr. Cristiano Krepsky (FJPO / ARIE de Santa Genebra), a CT-RN indicou a Sra. Natália Gomes Fernandes Branco (SMA/CBRN), que conjuntamente com a nova indicação pela CT-RURAL, em substituição ao Sr. Rodrigo C. Ribeiro (SR de Bragança Paulista), o Sr. Nelson Barbosa (Sindicato Rural de Campinas), para constituírem o GT-Mananciais, e desde já estão convocados para a próxima reunião ordinária (7ª) deste grupo de trabalho que será realizada no Instituto de Zootecnia no próximo dia 02 de dezembro de 2016. **4. Subcomissão de Estudos e Prevenção de Acidentes no Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos na Região de Campinas (Resolução SLT-5 de 16/12/2015) - assunto em substituição ao Item 4 da pauta:** Em função da impossibilidade de apresentação

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Ata da 72.^a Reunião Ordinária - 09/11/2016 - 09h

MUSEU DA ÁGUA / DAE - Santa Bárbara D'Oeste - SP

dos trabalhos científicos listados na pauta por parte dos seus autores, por indicação do Sr. Marcos Zanaga Trapé (CETESB), ex coordenador da CT-RN, foi dada a palavra ao Sr. Elias de Oliveira, coordenador da Subcomissão de Estudos e Prevenção de Acidentes com cargas Perigosas no Transporte Rodoviário (elias@gruposabara.com). Este assunto vem sendo sempre colocado em pauta pelo PqC Rinaldo Calheiros, chamando a atenção da Câmara Técnica sobre os riscos de contaminação e cessação do abastecimento urbano em inúmeras cidades que possuem nascentes próximas às rodovias e ferrovias. Ele tem usado o termo "Segurança Hídrica dos Municípios" para incluir na questão de disponibilidade (quantidade) e qualidade de água para abastecimento urbano também a questão da prevenção de acidentes rodoferroviários. O Sr. Elias fez uma apresentação fotográfica bastante interessante e elucidativa sobre a ocorrência de acidentes na nossa região, comentando sobre a imprudência dos motoristas, da proibição de transporte de alimentos de forma conjunta com produtos químicos, manutenção de caminhões (NBR 15.917) e sobre regulamentação dos suspensores ("amortecedores"), uso de EPI's e da capacitação para os atendimentos dos acidentes, da necessidade de EIA/RIMA para rodovias que passem por corpos hídricos e da proibição de tráfego em pontos críticos das rodovias. Apresentou informações também sobre o acidente ferroviário em Americana (8/5/2006) e dos problemas causados. A captação de Americana no Rio Piracicaba é próxima da Rodovia Anhangüera e do atalho para fuga de pedágios, o que aumenta consideravelmente os riscos com cargas perigosas. A subcomissão estuda a velocidade e a dinâmica de cargas e de tombamentos para melhor adaptação das estradas existentes e das suas alças de acesso para redução de acidentes, bem como melhor planejamento das novas rodovias quando da sua construção. A SANASA também teve problemas com o abastecimento de Campinas devido a esse tipo de acidente rodoviário. O Sr. João Demarchi também comentou sobre projeto de Nova Odessa sobre Segurança Hídrica em que parte do abastecimento urbano tem suas nascentes as margens da rodovia Anhangüera, próximo ao pedágio e da necessidade de interlocução com a AUTOBAN sobre esse assunto. O Sr. Elias sugeriu que fosse indicado um representante da CT-RN na subcomissão para estreitamento do relacionamento e continuidade das ações entre os Comitês PCJ / Câmaras Técnicas e a subcomissão. A Sra. Natália (SMA/CBRN) salientou a importância de usarmos esses instrumentos legais (comissões) para o envio de propostas aos níveis hierárquicos superiores e demais pessoas que tenham poder de decisão para que as providências necessárias sejam efetivamente tomadas e os problemas com esses acidentes sejam reduzidos e ou eliminados. O Sr. secretário da CT-RN sugeriu que o PqC Rinaldo seja ouvido e avalie o seu interesse em representar a câmara técnica nessa

subcomissão. **5. Apresentação de Projetos (Item 3 da pauta):** Em função de procedimentos aprovados no GT-Mananciais em relação a Política de Mananciais, dois projetos aprovados pela CT-Rural devem ser apresentados também na CT-RN para avaliação do mérito e possíveis sugestões de melhorias. **5.1. O primeiro projeto apresentado foi o Projeto PSA Mais** - O PSA precisa de melhoramentos para ser mais aceito, mais valorizado e mais eficiente, proposto e apresentado pelo Sr. Nelson Barbosa (Sindicato Rural de Campinas). O Sr. Nelson argumentou que o projeto visa viabilizar a participação dos produtores rurais através de melhorias para todo o meio ambiente através de método mais eficiente e de menor custo para recuperar e preservar o meio ambiente. O objetivo principal é chegar a um novo PSA, mais eficiente, mais procurado e mais valorizado. Como objetivos específicos temos o aumento da adesão dos produtores rurais na implantação de práticas ambientais, aumento da quantidade de água, dos alimentos, da sustentabilidade geral do meio ambiente. E aumento da qualidade dos projetos que liberam o PSA, através de melhorias fornecidas pelos conceitos de Planejamento Econômico Ambiental (PEA) na elaboração dos projetos. Espera-se que com essa proposta que o PSA seja mais atraente aos produtores rurais e aumente a adesão destes aos projetos propostos, pois a remuneração financeira seria muito mais atraente. Espera-se que sejam adotadas práticas rurais e ambientais simultaneamente, corrigindo-se os erros atuais. O Sr. Nelson destacou a complexidade do ambiente agrícola e a exigência de um corpo técnico multidisciplinar para a realização do estudo de valoração, bem como na elaboração do Plano de Propriedade (PIP). Os valores atualmente pagos aos produtores rurais através do PSA não é suficiente para estimular maior adesão dos produtores rurais ao programa. Não pode haver paternalismo e deve haver recursos provenientes dos usuários dentro do princípio do produtor/recebedor e usuário/pagador. Aproveitou para exibir um novo vídeo que tem apresentado em diversos municípios da região (Água: Mudanças ou escassez?). Após a apresentação do projeto e do vídeo, o Sr. Marcos Trapé comentou que o Plano Diretor Florestal atual já define áreas prioritárias para recuperação em função de maior efetividade do uso do recursos financeiros disponíveis com maior retorno em regularização hídrica. O CAR e o PRA também já obrigam os produtores a declarar a sua situação ambiental atual e o respectivo plano de recuperação das APP's. Comentou também que o Sr. Castanho (IEA) questiona o conceito de Reserva Legal vinculada às matrículas dos imóveis, pois entende-se que deva haver uma visão mais ampla de bacia e definição das áreas de recarga sob uma ótica de bacia hidrográfica e não propriedade rural. A Sra. Denise (CETESB) aproveitou para sugerir a inclusão na pauta da CT-RN de uma discussão sobre a interferência da atividade de mineração

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Ata da 72.^a Reunião Ordinária - 09/11/2016 - 09h

MUSEU DA ÁGUA / DAE - Santa Bárbara D'Oeste - SP

sobre as águas subterrâneas e áreas de recargas de nascentes. A Sra. Meire (PM de Limeira) enfatizou que os problemas com as sucessivas e constantes mudanças nos prazos legais limites desacreditam as próprias leis e o seu cumprimento. O Sr. Francisco (INEVAT) disse que os recursos para pagamento dos serviços ambientais precisa ser proveniente dos usuários e não esperar isso do governo. Comentou também que os condomínios residenciais horizontais, muito comuns na nossa região, também devem pagar. Dentro do contexto do projeto apresentado e do vídeo exibido, também foi salientado que precisamos de uma visão mais ampla dos reflorestamentos (recuperação florestal) e do manejo de solos (atividades agropecuárias), de um trabalho conjunto de todos os produtores rurais de uma mesma bacia hidrográfica e de uma integração entre o rural e o urbano, valorizando-se muito mais a importância do meio rural neste contexto. A recuperação florestal também pode ser realizada por diversos meios conforme a Resolução SMA nº 32 agora preconiza, já é incentivado e orientado pelos professores Ricardo Rodrigues e Silvio Ferraz da ESALQ/USP a bastante tempo. O Sr. secretário da CT-RN concluiu dizendo que as discussões no GT-PSA para criação da Política de Mananciais e agora para definição de procedimentos pelo GT-Mananciais já tem valorizado muito essas questões essenciais deste projeto apresentado pelo Sr. Nelson Luiz Neves Barbosa, podendo ser visualizada num menor peso do exclusivo investimento em recuperação de recursos florestais para maior valorização das práticas conservacionistas de solo como um todo, inclusive com a utilização de um PIP (Plano Integral da Propriedade) para cada unidade produtiva e uma análise global da microbacia como prioritários na elaboração dos projetos que futuramente poderão ser utilizados para PSA. Entendeu-se que, apesar do mérito da sua essência, o projeto apresentado não atende às normas e procedimentos que foram aprovados no âmbito da Política de Mananciais, portanto, o projeto foi reprovado e retorna ao seu preponente para as correções e reapresentação caso haja interesse. O Sr. João Demarchi (IZ/APTA/SAA) e a Sra. Natália Branco (SMA/CBRN) se dispuseram a ajudar o Sr. Nelson na estruturação da proposta num projeto e ficaram a disposição para interessado. **5.2. O segundo projeto apresentado foi o da Prefeitura Municipal de Limeira - "Estudo Hidrológico para Aumento da Capacidade Hídrica da Bacia do Ribeirão do Pinhal":** O professor Dirceu Brasil Vieira iniciou a apresentação do projeto que também foi aprovado na CT-Rural comentando sobre as bacias de contenção que vem sendo utilizadas em Limeira e a colocação do produtor rural dentro do contexto do PSA, além da necessidade de um monitoramento hidrológico adequado para aferição dos resultados pretendidos. O pedido original era de um levantamento topográfico local mas foi alterado em função da captação de recurso financeiro através do PATEM (Programa de

Apoio Tecnológico aos Municípios)-IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas) e junto ao Fundo Nacional de Meio Ambiente no valor de R\$ 3 milhões que propiciou um minucioso diagnóstico agro ambiental da Bacia do Pinhal e futura recuperação das APP's. A obtenção de apoio científico e tecnológico junto à equipe do IPT teve como objetivo o diagnóstico ambiental da região alvo e desenvolvimento de modelos de projetos de recuperação para as propriedades rurais, sendo o IPT-Florestas o departamento responsável por esse diagnóstico. A continuidade da apresentação foi feita pela Sra. Meire Menezes Bassan comentando que o está sendo solicitado para a Agência PCJ é a realização de PIP's na Sub-bacia do Ribeirão Tabajara, já que há o diagnóstico e o levantamento georreferenciado de toda a Bacia do Pinhal. Há aproximadamente de 230 a 400 produtores envolvidos como produtores de água de até 4 módulos fiscais, sendo que 216 fizeram o CAR. Comentou-se também que a empresa contratada para o diagnóstico sempre visitou as propriedades acompanhada de alguém do projeto, o que facilitou muito a aproximação e a coleta de dados junto a esses produtores. Portanto, recomenda-se que a empresa contratada para execução dos PIP's também deva ser acompanhada de alguém da equipe do projeto para evitar os problemas verificados em outros municípios. Os dados levantados pelos projetos também devem ser sempre georreferenciados, sendo isso importantíssimo segunda a apresentadora. A equipe do projeto disponibilizará os *shapefiles* para a Agência PCJ. A Sra. Sílvia (SUPREMA) comentou que no caso de Holambra a empresa (CODASP) sendo de fora e não conhecendo a realidade do município e a forma correta de abordagem dos produtores, inclusive não envolvendo os municípios, teve mais dificuldades na obtenção da assinatura e dos documentos dos proprietários. Uma cópia completa do projeto deverá ser enviada para a Agência. A Sra. Meire também comentou que houve uma grande metamorfose agropecuária na região, passando-se da laranja (citrus) para a cana-de-açúcar (boas propriedades) e loteamentos (propriedades com menor aptidão agrícola ou extrema urbanização). Há muitas chácaras de recreio nessa urbanização que precisam de saneamento rural. Precisa haver uma legislação mais apropriada para gerir os condomínios do ponto de vista do gerenciamento de recursos hídricos, inclusive perfuração clandestina de poços sem autorização do DAEE. O PSA municipal prevê a conservação de solos e o PIP como instrumento de planejamento. A questão de barramentos também precisa ser analisada de uma forma mais apropriada. A medição hidrológica, conforme salientado no início da apresentação pelo Prof. Dirceu, é fundamental para identificação da vazão de estiagem e a efetividade de todas as ações previstas no projeto (resultados!). Sobre fiscalização comentou que as visitas feitas pela equipe do projeto aos produtores rurais devem se ater as questões

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Ata da 72.^a Reunião Ordinária - 09/11/2016 - 09h

MUSEU DA ÁGUA / DAE - Santa Bárbara D'Oeste - SP

técnicas, pois se as informações estiverem atreladas a uma fiscalização e autuação em seguida tirará toda a credibilidade do processo, do projeto e das equipes envolvidas. Esse é um assunto delicado e polêmico. Agricultura (extensão rural e suporte técnico) e Ambiente (fiscalização) juntos numa mesma secretaria municipal pode ser um problema de difícil convivência. O projeto foi considerado aprovado pela excelente qualidade técnica, atendendo plenamente aos requisitos exigidos pelo Manual de Procedimentos aprovado para a Política de Mananciais, devendo a equipe enviar o Projeto Completo e os demais anexos exigidos para a Agência PCJ para continuidade do processo.

6. Palavra Aberta (Item 6 da pauta): O Sr. Secretário João Demarchi disse que o item 5 da pauta sobre atualização dos procedimentos do GT-Mananciais seria deixado para a próxima reunião em função da falta de tempo disponível, restando apenas espaço para o Sr. Fernando expor seu trabalho de mestrado junto a UFLA e a solicitação de preenchimento de um questionário sobre a atuação da sociedade civil nas câmaras técnicas dos Comitês PCJ. O estudante Fernando Campanholli Lovera trabalha em uma empresa privada do ramo de bebidas e, paralelamente, está cursando Mestrado Profissional em Administração Pública pela Universidade Federal de Lavras (UFLA-MG). Para obtenção do título de mestre precisa realizar uma dissertação com um tema relevante e relacionado com a linha de pesquisa do programa. A pesquisa proposta consiste em um estudo de caso em uma gestão integrada de bacias hidrográficas sobre a atuação e influência dos diferentes atores (entidades privadas, entidades públicas e a sociedade civil) presentes nas reuniões das Câmaras Técnicas e Comitês. Entretanto, devido ao tempo do mestrado e ao fato de trabalhar, a pesquisa terá um enfoque maior na sociedade civil.

7. Encerramento: O secretário da CT-RN João Demarchi novamente agradeceu a recepção e o acolhimento da CT-RN pelo anfitriões (DAE) de Santa Bárbara D'Oeste, a todos os membros presentes e em especial aos representantes dos projetos que se propuseram a apresentar as suas respectivas propostas, desejando a todos um excelente retorno aos seus municípios, encerrando-se a reunião às 12:40h.

Henrique Bellinaso
Coordenador adjunto da CT-RN

João José Assunção de Abreu Demarchi
Secretário da CT-RN

Cláudia Grabher
Coordenadora da CT-RN